

RECENSÕES  
CRÍTICAS



G. W. F. Hegel — *Introdução às Lições sobre História da Filosofia. Tradução, introdução e notas de José Barata Moura.*

A Porto Editora, numa inicitiva que nunca será por demais louvar, deu início à publicação de «Filosofia-Textos», que conta, já, com a tradução para português de várias obras (na totalidade ou em parte), de importância e de muito proveitosa leitura para quantos (professores, alunos, homens cultos que não estejam ligados a liceus ou universidades, no nosso país, se interessem pela filosofia. Tais obras não são secamente atiradas para as livrarias, mas sim apresentadas com uma notável aparelhagem crítica.

A «Introdução às Lições sobre a História da Filosofia» de G. W. F. Hegel, foi vertida para a nossa língua com introdução e notas, pelo Prof. Doutor José Barata Moura, firme conhecedor do filósofo de Estugarda.

As notas são abundantes, dando um contributo valioso para o bom entendimento do texto, pelo grande número de sólidas informações que fornecem.

Na «Introdução», Barata Moura, depois de muito justamente afastar a classificação dos filósofos em «fáceis e difíceis» escrevendo «toda a filosofia é 'difícil', como 'difícil', é qualquer viver que se pense», oferece o enquadramento histórico-biográfico da

«Introdução às Lições de História da Filosofia». A seguir, expõe, brevemente, os «núcleos» da mesma. Esses núcleos são: 1) as relações da filosofia com a história da filosofia 2) a «delimitação dos contornos do próprio conceito de história da filosofia» 3) as conexões da «filosofia com a história geral da cultura» e da «História da Filosofia com outros domínios do saber que lhe são aparentados» 4) as fontes, divisão e tratamento da História da Filosofia.

Prosseguindo, Barata Moura explica por que optou pela tradução do texto de Karl L. Michelet, lealmente esclarecendo tratar-se de uma «escolha (questionável mas fundada)».

A concluir, num pequeno «Remate», Barata Moura declara que «Ler Hegel, prosseguir, com Hegel, para além de Hegel — permanece um desafio da cultura. De cultivo também, não de culto».

No seu conjunto, a «Introdução» está excelentemente elaborada e merece atenta reflexão.

A tradução é elegante quanto possível e nas passagens cuja releitura me provocou novas meditações (Hegel é rico em extremo) levando-me a consultar o original alemão, nada tenho a objectar. De resto não sou um germanista.

É muitas vezes uso, entre nós portugueses (e não só), após as palmas e volta à arena (quando são de dar),

sair-se pela porta do fundo e passar a outra ordem do dia.

Pela nossa parte, pensamos que um autor não deve deixar de ser examinado criticamente e que a melhor homenagem que se lhe faz é pôr-lhe problemas e reparos.

Por isso, não vamos deixar de formular algumas observações

- 1) Barata-Moura escreve: «Para que esta» — a interlocução «verdadeiramente se verifique é indispensável...que se opere um efectivo processo de compreensão, de crítica, de superamento» (p. 10). A menos que 'superamento' tenha um significado diferente do habitual, a interlocução com Hegel deve, então, ser bem rara e difícil, não valendo a pena produzir colecções como a «Filosofia-Textos»
- 2) Considerando que, em Hegel, «a História da Filosofia tem sido fundamentalmente encarada a partir da filosofia» e que «o conceito de filosofia...é ele próprio resultado do desenvolvimento dela» (p. 17) Barata-Moura fala em «contradição».

Julgo que seria melhor falar em círculo, acaso um dos círculos sólidos a que alude Q. S. Rosmini na sua «Lógica».

- 3) A p. 18 está escrito: «A filosofia...não surge...independentemente de todo um conjunto de circunstancialismo que ela reflecte, que elabora...» 'Reflecte' assemelha-se demasiado forte para caracterizar o ponto de vista hegeliano.

Não se esqueça que para Hegel «a filosofia está, no entanto, por outro lado acima do seu tempo» (p. 104).

- 4) Na nota (16) em que se esclarece que o «Fragmento de texto» não se encontra na edição de Michelet, creio que não ficaria mal localizá-lo (De-

parei com ele no «Einleitung in die Geschichte der Philosophie» a edição Nicolin/Offmeister e na edição crítica).

- 5) Sem pretender menosprezar as razões do prof. Barata Moura em favor da edição de Michelet, pessoalmente gostaria que tivesse optado por uma tradução que oferecesse textos do punho de Hegel. Se já o que um autor deixou na gaveta suscita dúvidas, que dizer do que é elaborado por um discípulo.

- 6) Barata-Moura adverte «Publica as Grudlinien der Philosophie der Recht em 1821, num quadro político que reclama redobradas cautelas» (pp. 12/13). E em nota cita o artigo «Furcht vor der Zensur? Zur Entstehungsgeschichte und Druckgeschichte von Hegels Grunlinien der Philosophie der Recht» do n.º 15 dos Hegel Studien.

É moda desconfiar das «Linhas Fundamentais da filosofia do direito» hegelianas (Veja-se, também, v.g. «Rechtsphilosophie», Edition Iltting, IXI, Fromann-Holzboog, Stuttgart-Bad Cannstatt, 193, Einleitung, p. 114 e Hegel Philosophie des Rechts, Die Vorlesung von 1819/20 in einer Nachschrift». Herausgeben von Dieter Henrich, Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1983, Einleitung, pp. 24/30. Em ambas se alude ao medo da censura prussiana).

Supomos tal moda sem justificação séria. O essencial das «Grudlinien» está já na «Enyicoledie» de 1817, a propósito da qual é ridículo referir a censura prussiana.

- 7) «Esta primeira edição de Michelet...foi designadamente retomada na 'Edição do Jubileu' bem como na edição de trabalho, hoje corrente, a Theorie Werkausgabe» (p. 23).

Claro que o prof. Barata Moura não ignora que, na edição de trabalho, o discurso de Heiderberg tem passagens que não estão em Michelet e que, no final, foi acrescentado o manuscrito de Berlim de 1820 da *Einleitung*.

Simplemente, o 'foi retomado' pode criar equívocos e o leitor pensar que estamos perante edições inteiramente idênticas.

Estas breves anotações não significam (ça va sans dire, mais ça va mieux encore en le disant) menos apreço pela presente obra de Barata Moura, por cujo rigor e saber manifestemos grande apreço, ainda que nos situemos nos antípodas das suas concepções filosóficas

*António José de Brito*

COTTINGHAM, John – *Dicionário DESCARTES*; tradução, Helena Martins; revisão técnica, Ethel Alvarenga; consultoria, Raul Landim. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, colecção «Dicionários de Filósofos», 1995, 171 p.

John Cottingham é professor de filosofia na Universidade inglesa de Reading, com larga convivência do pensamento cartesiano, testemunhada por diversos trabalhos de que destacamos: *Descartes* (Oxford, B. Blackwell, 1986); *The Rationalists* (Oxford University Press, 1988) [inclui Descartes, Espinosa e Leibniz]; *The Cambridge Companion to Descartes* (Cambridge University Press, 1992) [colectânea de ensaios sobre a obra de Descartes]; *The Philosophical Writings of Descartes* (Cambridge University

Press, 1985-1991) [co-organizador e co-tradutor].

O seu *Dicionário Descartes* foi originalmente publicado em inglês, por Blackwell Publishers, Oxford, em 1993. É composto por: 1 - *Introdução* onde, em cerca de seis páginas, se faz uma apresentação *panorâmica* da *vida e obra* de Descartes, considerada esta *predominantemente* no seu aspecto material e não no seu conteúdo filosófico propriamente dito; 2 - um amplo conjunto de *artigos*, cada um elaborado em torno de um *conceito* nuclear do pensamento filosófico de Descartes e dispostos por ordem alfabética; 3 - uma *Bibliografia* de cerca de quatro páginas, distribuída pelas seguintes rubricas: «Textos e edições: Descartes»; «Textos e edições: outros autores anteriores ao século vinte»; «Colectâneas e livros editados sobre Descartes»; 4 - *Índice remissivo* de autores e conceitos, sendo estes últimos em maior número que aqueles que são tema dos «artigos» acima referidos.

Em cada um destes artigos o autor procura determinar o pensamento cartesiano correspondente ao *conceito* nele em causa, através de uma síntese apoiada, quase sempre, *de modo directo* nos próprios testemunhos cartesianos e invocando frequentemente *mais do que um* para este efeito. Com isto não só radica a determinação efectuada do *conceito* cartesiano em causa de um modo mais amplo na obra de Descartes, mas também permite, a um tempo, a apreensão de eventuais cambiantes no seu pensamento e/ou expressão e facilita/estimula um contacto diversificado com os próprios textos cartesianos, pois os testemunhos invocados localiza-os com precisão na

obra de Descartes. A par desta integração directa e diversificada da sua exposição, John Cottingham faz ainda, com muita frequência, uma breve, mas incisiva, integração dos *conceitos* cartesianos que determina na história da filosofia, apontando inclusive o seu maior ou menor grau de originalidade. É exemplo disto a alusão que faz ao *Quod Nihil Scitur* de Francisco Sanches, a propósito da concepção cartesiana do *método*.

Nestas condições, este *Dicionário Descartes* aparece-nos como um bom instrumento de trabalho para uma *iniciação consistente* ao pensamento filosófico de Descartes. Será um óptimo complemento a um primeiro contacto com este pensamento, que se efectue através de uma sua exposição global: facilita um aprofundamento pontual, em relação a regiões determinadas deste pensamento, com uma significativa economia de tempo, sem no entanto se perder a conexão constituinte de tais regiões com o conjunto do pensamento filosófico do seu autor e com o contexto externo cultural-filosófico em que ele se dá. E tudo isto sem sobrecarga de erudição, como convém num nível de iniciação, ainda que esta seja uma iniciação *consistente*.

Dado o enquadramento global da *vida e obra* de Descartes, feito na *Introdução*, este *Dicionário Descartes* poderá mesmo ser instrumento de primeira iniciação ao pensamento filosófico cartesiano, abrindo horizontes a um eventual aprofundamento.

É pena que a localização *complementar* das passagens citadas dos textos cartesianos (localização que J. Cottingham faz a par da sua localização na edição Adam-Tannery da-

queles textos) permaneça, na *tradução portuguesa*, limitada somente a uma sua tradução inglesa; poder-se-ia, pelo menos, ter estabelecido, com muito proveito, aquela localização *complementar* em relação a uma outra edição francesa dos textos cartesianos, que fosse *materiaismente mais acessível* que a referida edição Adam-Tannery (como é o caso da edição organizada por Ferdinand Alquié, aliás citada na *Bibliografia*).

No tocante à *Bibliografia*, que é também um bom instrumento de apoio para um *primeiro estágio de aprofundamento* no domínio do pensamento cartesiano, é de salientar que a identificação bibliográfica, de muitas das obras nela incluídas, é acompanhada por uma pequena *observação*, entre colchetes, assinalando o valor funcional da obra em causa, para um acesso ao pensamento de Descartes. Todavia, lamenta-se a ausência de qualquer referência nesta *Bibliografia* à edição da *correspondência* de Descartes que a seguir se indica dado que se trata de uma muito cuidada edição desta importante expressão do pensamento cartesiano e que faz uma apresentação bilingue das cartas cujo original é latino: Descartes — *Correspondance*, publicada por Charles Adam e Gérard Milhaud, 8 tomos. Paris, Felix Alcan/P.U.F., 1936-1963. Se, no original inglês do *Dicionário Descartes*, de algum modo se compreende esta ausência pela invocação simultânea da edição Adam-Tannery e de uma tradução inglesa cuidada dos textos de Descartes, no caso da tradução portuguesa deste *Dicionário*, tal ausência é mais sentida.

L. H. Chaves de Almeida

GUY, Alain — *La Philosophie espagnole*.  
Colecção «*Que sais-je?*», N.º 3008,  
Paris, PUF, 1995, 120 p.

Alain Guy, professor «*émérite*» de filosofia da Universidade francesa de Toulouse-le-Mirail, com vasta obra publicada sobre a filosofia em Espanha e na América latina, com as quais tem tido um estreito contacto desde os anos trinta.

Esta sua obra — como é próprio da colecção «*Que sais-je?*», onde ela está publicada — é um precioso auxiliar para, com grande economia de tempo, nos situarmos globalmente em relação ao seu tema nuclear: a actividade filosófica ao longo dos séculos, na zona geográfica correspondente à Espanha de hoje.

No *Prólogo*, A. Guy chama de novo a atenção — como o havia feito em outras das suas obras — para «uma injustiça flagrante de que a Península tem sido vítima desde há decénios, por parte de numerosos historiadores» (p. 3), ignorando e desprezando a sua produção filosófica. Corrigir esta situação é seu objectivo, para o que esta breve, mas incisiva, obra é contributo.

Ainda no *Prólogo*, A. Guy aborda o «problema da existência mesma de filosofias nacionais». Reconhecendo a *universalidade* própria da natureza da filosofia, reconhece igualmente — com o que estou plenamente de acordo — «que toda a produção cultural é influenciada pela *hic et nunc*» (p. 4). Lembra como isto é evidente na história da *literatura* e convida a considerarem-se igualmente diferenças na produção filosófica em função da região cultural da sua elaboração e do tempo histórico desta. Por isso, dá preferência à designação desta dupla

referência constituinte, não por um seímples adjectivo que exprima uma radicação nacional, mas por uma expressão que mostre que a produção filosófica se dá no interior de uma comunidade humana, determinada como nação ou região cultural, com uma implícita, mas clara, referência ao tempo, na sua história. Assim, na vez de «filosofia alemã, inglesa, oriental, etc.», prefere, «prudentemente, falar de filosofia na Alemanha, na Inglaterra, no Oriente, etc. Pois, as pretendidas constantes históricas dos caracteres nacionais não representam senão uma interpretação frágil do Real» (p. 4).

Depois de invocar algumas situações, com que se foi construindo a história do que é hoje a Espanha, e de admitir que estas de algum modo terão contribuído para uma diferenciação da sua produção cultural-filosófica relativamente à restante Europa, A. Guy lembra que a actividade cultural-filosófica em Espanha não foi de modo algum *monolítica* ou *estática* e que as suas gentes «não fizeram sempre bloco com a ideologia dominante» (p. 6).

Como informação objectiva, ainda que genérica, do conteúdo desta obra enunciam-se em seguida os títulos dos seus capítulos, com indicação das suas respectivas extensões: *Avant-Propos* – Le problème des philosophies nationales et l'idiosyncrasie de l'Espagne (pp. 3-7); I - Les antécédents historiques: romanité (paienne ou chrétienne), islam, judaïsme (pp. 9-16); II - La théocratie au Moyen Âge, à la Renaissance et à l'Âge baroque: unité et pluralisme. Démocratie des prêtres (pp. 17-49); III - Vers la modernité: les

lumières (pp. 50-56); IV - La bigarrure doctrinale et méthodologique du XIX siècle (pp. 57-72); V - L'éclatement vers la post-modernité au XX siècle. L'extrême diversité des tendances (pp. 73-115).

Em cada um destes capítulos são abundantes as referências individualizadas a autores e obras. A eles

seguem-se uma breve *Conclusão* e uma *Bibliografia* de cinco páginas em pequenos caracteres, que além de fornecer uma informação bibliográfica global sobre o tema em causa, é um bom *instrumento de iniciação* a estudos aprofundados.

L. H. Chaves de Almeida